



RESUMO EXECUTIVO DA ATA

111ª Reunião Ordinária da CT-PLAGRHI do CBH-SMT

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CBH-SMT

Data: 22/06/2023

Local: Por Videoconferência (<https://drive.google.com/file/d/1I4fCoDqsHqLjQcL8YvwVNITgU5tfOck/view>)

Ao vigésimo segundo dia do mês de junho de 2023, por meio de videoconferência, foi realizada a 111ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê, registrando-se a participação de 25 (vinte e cinco) pessoas, entre representantes de municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos e público em geral, conforme “Relação dos Membros Presentes na Reunião” apresentada abaixo, registrados por meio de manifestação de presença realizada no chat da plataforma de videoconferência utilizada. **Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-SMT, por meio de mensagem eletrônica, em **XX/XX/2023**. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André Cordeiro, coordenador da CT-PLAGRHI e representante da UFSCar, que cumprimentou a todos. **Ordem do dia.** O Sr. André Cordeiro, realizou a leitura da pauta de reunião mencionando que serão reativados dois GTs e a proposta de criação de um novo GT, assim como, ocorrerá uma apresentação do OGA Brasil. O Sr. André Cordeiro fez uma breve explicação sobre a definição de GTs, dizendo se tratar de unidades vinculadas a uma câmara técnica, que possuem funções específicas e funcionam por um período estipulado. Salientou que o GT-Critério foi criado para desenvolver os critérios para seleção de projetos FEHIDRO, desta forma, todo o ano existe necessidade deste GT se reunir para discussões. Após as discussões, os resultados são encaminhados para aprovação no CT-PLAGRHI. Quanto ao GT-UGP, o Sr. André Cordeiro explicou que a unidade é responsável pela avaliação e controle do Plano de Bacia Hidrográfica, bem como, debate sua renovação. Anualmente, o GT-UGP realiza o acompanhamento do Relatório de Situação, avalia o PBH e indica onde há necessidade de aplicação do recurso FEHIDRO, alterando, desta forma, o PAPI. Destacou que a Assembleia Legislativa definiu que os relatórios de situação sejam elaborados no meio do ano, porém, esta alteração não está sendo efetiva devido a geração de dados oficiais, que não é rápida, ocasionando assim atraso na entrega do documento. A Sra. Caroline Bacchin, Secretária Executiva do CBH-SMT e representante do DAEE, corrigiu o item 3 da pauta, mencionou que não existe demanda quanto a criação de um novo GT. O Sr. André Cordeiro salientou que existem dois GTs que precisam ser criados para a CT-PLAGRHI, o GT-Enquadramento e outro sobre atualização de valores de cobrança

pelo uso da água, que se encontram desatualizados desde agosto de 2010. A Sra. Caroline Bacchin ressaltou que houve uma discussão com a Subsecretária sobre a atualização da cobrança por UFESP, e devido a um Parecer Jurídico, não é possível atualizar por UFESP, porém ela ficou de realizar uma nova consulta. O Sr. André Cordeiro mencionou que o GT-Cobrança possui uma composição diferente, pois necessita da participação dos usuários, desta forma é essencial haver definições antes de criar o GT. **1. Reativação do GT-Critérios e definição dos membros.** O Sr. André Cordeiro apontou que será necessário definir um coordenador para o GT-Critério, caso haja interessados, que se manifestem. Salientou que o GT deve ser constituído pelos três segmentos: Estado, Município e Sociedade Civil. A Sra. Caroline Bacchin manifestou interesse no cargo de coordenadora do GT. Na sequência os seguintes membros demonstraram interesse em compor o GT: Marcelo Nascimento, representante da Associação Escola Cultura em Foco; Paula Futida e Jaqueline Honório, representantes da CIS; Gabriela de Sá, representante da Prefeitura de Araçoiaba da Serra; Marcia Serra, representante da ACRTS; Maurício Sartori, representante ASSEA; CIS, Rosângela César, representante da CETESB; Alexandre Rodrigues, representante da IPESA e Eleusa Maria, representante da OAB Votorantim. O Sr. André Cordeiro, solicitou que os interessados encaminhem seus dados para a Secretária Executiva. A Sra. Caroline Bacchin, propôs criar uma agenda para o GT no dia 3 de julho de 2023, às 9 horas. Todos concordaram. Aprovado por unanimidade, a criação do GT-Critérios, com a coordenação da Sra. Caroline Bacchin. **2. Reativação do GT-UGP e definição dos membros.** O Sr. André Cordeiro mencionou que anteriormente o coordenador do GT-UGP era o Sr. Mauro Tomazela, FATEC, e questionou se existe interesse em manter o cargo. Salientou que o GT-UGP acompanha e avalia o RS, que a elaboração é feita por uma empresa contratada pelo CBH-SMT. Na sequência os seguintes membros demonstraram interesse em compor o GT: Marcelo Nascimento, Cecília Aranha, representante do DAEE; Caroline Bacchin; Rosângela César; Eleusa Maria e Gabriela de Sá. O Sr. Mauro Tomazela, se propôs a continuar no cargo de coordenador, sendo aprovado por unanimidade. A Sra. Caroline Bacchin destacou que a empresa contratada para desenvolver o RS é a Regea, e ressaltou ser a mesma empresa que foi contratada para realizar as análises dos projetos FEHIDRO de 2023 e fiscalização dos usos de recursos hídricos na Bacia SMT. O Sr. André Cordeiro, salientou a importância de haver mais membros das prefeituras municipais no GT. **3. Definição de um novo GT.** O Sr. André Cordeiro sugeriu a criação do GT-Águas Subterrâneas, pois existe um aumento expressivo no uso das águas subterrâneas após o surgimento de crises hídricas na região. Salientou a importância de ampliação dos conhecimentos nesta temática, e a necessidade de pessoas interessadas em adotar a criação do GT. Por fim, destacou que a discussão será feita posteriormente entre os membros da CT-PLAGRHI e CT-PA. **4. Os benefícios do monitoramento da governança para garantir segurança hídrica – OGA Brasil.** Inicialmente, o Sr. André Cordeiro fez um breve resumo sobre o Observatório das Águas - OGA Brasil, informando que se trata de uma entidade que congrega pesquisadores de comitês de bacias do Brasil.

Foi elaborado pela entidade um protocolo de monitoramento de governança dos comitês de bacias, no qual realiza o acompanhamento dos indicadores para melhorias nas governanças institucionais. As informações sobre a entidade podem ser acessadas através do site: <https://observatoriodasaguas.org/>. O Sr. Ayri Saraiva, OGA-Brasil, iniciou sua apresentação dizendo pertencer ao OGA representando a sociedade civil desde sua criação. Explicou que o OGA Brasil é uma rede multissetorial que reúne 63 instituições do poder público, setor privado e organizações da sociedade civil e 24 pesquisadores. A sua missão consiste em gerar, sistematizar, analisar e difundir informações das práticas de governanças das águas pelos atores e instâncias do SINGREH, através do acompanhamento de suas ações. Mencionou que a entidade é estruturada em um Conselho Geral composto por um Comitê Gestor, constituído pela sociedade civil organizada, na qual possui um Núcleo Executivo (Secretaria Executiva, Comunicação e Gestão Técnica), porém os recursos disponíveis possibilitam apenas a existência da Secretaria Executiva. Apontou que as entidades integrantes do Comitê Gestor do OGA Brasil são: Fundação Avina, Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Democracia e Sustentabilidade, Instituto Portas Abertas, International Rivers, Nosso Vale Nossa Vida, Trata Brasil e The Nature Conservancy. Mencionou que a distribuição de CBHs pelo Brasil, se distribui da seguinte forma: Região Norte - 19; Região Nordeste - 51; Região Centro - Oeste - 27; Região Sudeste - 79; e Região Sudeste - 53. Citou também que no Ceará, Pernambuco e Piauí existem Conselhos de Açudes. Quanto à evolução do número de CBHs, apontou que no ano de 1999 o Brasil possuía 49, e atualmente, 2022, o total é de 239 CBHs. O Sr. Ayri Saraiva trouxe alguns conceitos de governança utilizados pelo Observatório das Águas. Afirmou, que a governança reconhece que existe um processo político de tomada de decisão, que o Estado possui um papel fundamental como líder, mas é necessário haver participação dos diversos atores sociais. Indicou quais os objetivos do monitoramento da governança, apresentando as seguintes etapas: identificar se os aspectos legais estão completos; identificar as lacunas de governança; identificar se todas as informações estão sendo disponibilizadas para a boa tomada de decisão; identificar se existe estrutura adequada para responder as demandas no Poder Público Municipal, Estadual e Federal e identificar a existência de planos de ação para monitorar os riscos garantindo a segurança hídrica. Ressaltou que as primeiras discussões na temática (Etapa 1) deram início em 2005 através de uma publicação do WWF Brasil e FNCBH em 2012/2013; uma pesquisa sobre governanças das águas elaborada pelo WWF Brasil e FGV deram origem a Etapa 2, onde então, surgiu a ideia de criação de um Observatório das Águas (Etapa 3); e por fim, em 2015, iniciou a construção do Observatório das Águas (Etapa 4). Explicou haver cinco dimensões de governanças a serem monitoradas, são elas: legal/institucional; capacidades estatais; instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos; relações intergovernamentais e relações Estado-Sociedade. Apontou quais os benefícios da adoção do Protocolo de Monitoramento das Governanças das Águas, sendo eles: Fortalecer a governança dos recursos hídricos; colaborar para implantação de políticas de segurança hídrica; melhoria dos instrumentos de gestão e construir capacidades de

diferentes setores. Indicou também, quais os métodos de implantação do protocolo, sendo a 1ª etapa: apresentação do protocolo ao CBH; 2ª etapa: assinatura ou não do termo de adesão ao protocolo e formação do GT; 3ª etapa: reuniões/oficinas de alinhamento do OGA com o GT, podendo ser realizada antes da 2ª; 4ª etapa: é dada pela coleta de dados dos indicadores de governança e a 5ª etapa: a aplicação e proposição do plano de ação. Por fim, citou que no total são 21 CBHs no Brasil que aderiram ao protocolo, sendo apenas aderente do estado de São Paulo, o CBH Tietê Jacaré. O Sr. André Cordeiro mencionou que o CBH-SMT obteria ganhos caso aderisse ao protocolo, sugerindo uma reunião intercâmaras do CBH-SMT para discussão junto ao OGA Brasil. A Sra. Eleusa Maria afirmou ser extremamente importante a adesão do CBH. A Sra. Caroline Bacchin sugeriu iniciar uma estruturação do evento. O Sr. André Cordeiro sugeriu que seja realizado no começo de agosto, para que possa ser aprovado na plenária de outubro, solicitando ao Sr. Ayri Saraiva, para enviar a demanda ao Sr. Ângelo Lima, Secretário Executivo da OGA Brasil. **Informes.** O Sr. André Cordeiro informou que a CT-PLAGRHI, CT-PA e Conselho Gestor da APA de Itupararanga realizarão reunião conjunta, em breve, para discussão do processo de renovação da licitação da CBA na represa de Itupararanga. A Sra. Caroline Bacchin apontou que devido ao atraso na elaboração do RS será necessário agendar uma reunião plenária para o mês de outubro para aprovação do RS, ou seja, adiantará a plenária do dia 01/12. O Sr. André Cordeiro comunicou que as reuniões do GT-Crise Hídrica passaram a ser mensais, sendo a próxima agendada para o dia 10/07, às 9h30. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. André Cordeiro agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a 111ª Reunião Ordinária da CT-PLAGRHI.

Relação dos membros presentes na reunião

Entidade	Segmento	Representante
Alan Teixeira da Silva	Município	Prefeitura Municipal de Sorocaba - SEMA
Alexandre Rodrigues Dias	Sociedade Civil	IPESA - Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais
Ana Victoria Romagnoli Fernandes Nishi	Município	SAAE Sorocaba
André Cordeiro Alves dos Santos	Sociedade Civil	UFScar
Anna Paula Goes	Sociedade Civil	FABH-SMT
Arícia Orive	Estado	CRHi - SEMIL
Eleusa Maria da Silva	Sociedade Civil	OAB Votorantim
Eliane Castro	Sociedade Civil	Águas de Votorantim S.A.
Gabriela Tolentino de Sá	Município	Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra
Jaqueline Gonçalves Honório	Município	Companhia Ituana de Saneamento - CIS
José Vicente Alaminho de Moura	Município	Prefeitura Municipal de Tatuí
Júlio César Jacometto	Estado	Sabesp
Larissa Shiozawa Turri	Município	Prefeitura Municipal de Boituva



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

Laura Stela Naliato Perez	Estado	SEMIL
Marcelo Pereira do Nascimento	Sociedade Civil	Associação Escola e Cultura em Foco
Marcia Christina Amaral Serra	Sociedade Civil	ACRTS FACENS
Márcia Valéria Ferraro Gomes	Município	Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora
Marcio Antônio Martins	Estado	EMAE
Maurício Scorsatto Sartori	Sociedade Civil	ASSEA São Roque
Mauro Tomazela	Sociedade Civil	Fatec Tatuí/Sorocaba - CPS
Reginaldo Schiavi	Município	SAAE Sorocaba
Roberto Natale Perotti Junior	Município	Companhia Ituana de Saneamento - CIS
Rodolfo Barboza	Município	SAAE Sorocaba
Rosa Maria Andrade Colicchio	Sociedade Civil	Rotary Club de Sorocaba Novas Gerações

André Cordeiro Alves dos Santos

Coordenador da CT-PLAGRHI

Rosângela Aparecida César

Coordenadora Adjunta da CT-PLAGRHI